

Planejamento na educação infantil: significado para a prática pedagógica pelas lentes de uma experiência no município de Santarém-PA

Planning in early childhood education: meaning for pedagogical practice through the lens of an experience in the city of Santarém-PA

Célia Maria Guimarães Santos
Sinara Almeida da Costa
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)
Santarém-Brasil

Resumo

A importância do planejamento das ações pedagógicas na educação infantil, visando a aprendizagem e o desenvolvimento da criança, é apresentado como temática central deste trabalho. O estudo baseia-se em características da teoria histórico-cultural, tendo como um dos pressupostos a constituição e desenvolvimento do homem a partir da relação que estabelece com o outro, evidenciando o papel fundamental que a escola exerce quando propõe, planeja, implementa ações e atividades buscando o pleno desenvolvimento infantil. Esta pesquisa objetivou compreender o planejamento das ações educativas desenvolvidas por uma professora de uma turma de educação infantil no município de Santarém-PA. Como resultado, constatou-se que planejar na educação infantil é desafiador e tem gerado hesitação por parte de educadores na atualidade.

Palavras-chave: Educação Infantil; Planejamento Escolar; Teoria Histórico Cultural.

Summary

The importance of planning pedagogical actions in early childhood education, aiming at children's learning and development, is presented as the central theme of this work. The study is based on characteristics of the cultural-historical theory, having as one of the assumptions the constitution and development of man from the relationship he establishes with the other, showing the fundamental role that the school plays when it proposes, plans, implements actions and activities seeking the full development of children. This research aimed to understand the planning of educational actions developed by a teacher of a kindergarten class in the city of Santarém-PA. As a result, it was found that planning in early childhood education is challenging and has generated hesitation on the part of educators today.

Keywords: Child Education; School Planning; Cultural Historical Theory.

Introdução

Segundo Vigotski (2003) o indivíduo traz desde o nascimento algumas características humanas, mas só se torna ser humano a partir da experiência que vive e adquire no meio social com que interage, a partir da cultura produzida historicamente. Destaca ainda que o desenvolvimento resulta de dois processos distintos: por uma parte, é processo biológico de evolução da espécie e, por outra, processo histórico relacionado à produção cultural. Nesse sentido, ocorre, não de forma natural, espontânea, mas a partir da interferência intencional do outro, do ensino e da aprendizagem. E enfatiza que educar é organizar a vida, cabendo o planejamento sistematizado dos atos de ensinar e aprender.

Na perspectiva vigotskiana, a cultura desencadeia no ser humano novas necessidades; as funções psíquicas, até então eram biológicas, elementares (relativas a homens e animais), aquelas próprias das questões vitais, reestruturam-se ou se modificam, dando origem às funções psicológicas superiores, tipicamente dos humanos: memória, atenção, lembrança voluntária, imaginação, planejamento, ação intencional, desenvolvimento da vontade, linguagem, raciocínio dedutivo. Vigotski (1995) analisa o desenvolvimento cultural da conduta humana à luz do que chamou de "lei genética geral do desenvolvimento cultural", segundo a qual as funções psicológicas aparecem primeiro na forma primária e, posteriormente, em formas superiores. Mais exatamente, sustenta que as funções psíquicas superiores no curso do desenvolvimento aparecem quando o indivíduo é produtor da cultura e, ao mesmo tempo, produto de suas internalizações.

A teoria de Vigotski, portanto, apresenta o desenvolvimento humano sob duas perspectivas: o desenvolvimento real, relativo às realizações intrínsecas do indivíduo, as capacidades que realiza sem a interferência do outro; e o desenvolvimento proximal, que precisa de auxílio, necessita ser ensinada e dessa forma potencializar o desenvolvimento.

Leontiev (1978) menciona que, para aprender, a criança deve formar ações mentais adequadas, organizadas, planejadas. Mello e Farias (2010) dizem que, no desenvolvimento humano, há circunstâncias específicas; desde que nasce, a criança é inserida na herança cultural da humanidade partilhada pelo grupo social do qual participa e, por isso, tais circunstâncias há de serem consideradas na organização das ações propostas às crianças nas diversas situações da vida e, mais precisamente, na escola.

Teixeira e Barca (2017), por sua vez, consideram que a “escola é um meio privilegiado para a organização da vida”. As autoras remetem a Vigotski (2003), especialmente ao esquema conceitual que denominou de “fórmula do processo educativo”. Esse esquema é composto por três elementos centrais: o professor, a criança e o meio social educativo; trata-se de um processo trilateral ativo, no qual todos têm igual importância, não havendo nada passivo ou inativo. O meio social educativo vai além do espaço geográfico, dos ambientes da escola, constituindo a relação dialética entre o professor, as crianças e os elementos que circundam esse vínculo.

No processo educativo cada um exerce seu papel, ao professor é essencial, ao organizar as atividades, planejá-las. Ele há de ter conhecimento do que ensina à criança, da concepção que tem de criança, em que baseia seu trabalho e das leis e normativas da organização da Educação Infantil. A aprendizagem, nesse sentido, é o processo através do qual a criança se apropria do conteúdo; e, para que aprenda, precisa da interação com os pares, especialmente com os adultos e com outras crianças mais experientes.

Nesse sentido, Mello (2007) sublinha que as ações educativas devem ocorrer de forma intencional, com planejamento que envolva múltiplos fatores, relacionados tanto com o indivíduo, seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, como com os referentes ao trabalho pedagógico, a organização dos tempos e espaços, o acompanhamento e registro do processo de desenvolvimento humano.

A origem do planejamento, de acordo com José Faria (1994), transcorreu desde quando o homem percebeu a necessidade de se preparar para enfrentar as situações e adversidades e descobriu que pensar antes de agir aumentava as chances de êxito e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Descrições históricas revelam que a origem do planejamento está ligada à do próprio ser humano, de modo que planejar, pensar, reelaborar é característica dessa espécie (MENEGOLLA; SANT’ANNA, 2003).

Neste aspecto, é coerente dizer que o planejar surge da necessidade de prever mudanças de uma situação real, que, para tanto, requer conhecimento da realidade. Planejar é pensar sobre o que existe, o que se quer alcançar e com que meio se pretende agir para alcançar o objetivo. Sendo planejar uma ação possível somente aos humanos, infere-se que é algo fundamental na condução da vida, sobretudo na educação.

Planejamento é um termo que se discute desde o próprio conceito. Padilha (2001) define-o como processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando à melhoria nas diversas atividades humanas. Planejar, como descrevem Menegolla e Sant'Anna (2003), é uma preocupação que envolve toda a possível ação do indivíduo. Ao se referirem à educação, esses autores pontuam o planejamento como instrumento fundamental que requer habilidade específica.

Para Ostetto (2000) planejamento implica projetar ações futuras e não somente listar atividades e precisa ser adotado no cotidiano escolar como um processo de reflexão pelo qual se organiza, se articula e se realiza a prática pedagógica, tendo por finalidade a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo.

Libâneo (1994) afirma que o planejamento é importante, porque racionaliza, organiza, coordena a ação docente e, principalmente, permite ao professor articular a atividade escolar e a problemática do contexto social. O ponto fundamental se refere à maneira de como planejar e direcionar a execução das ações, já que o planejamento proporciona uma linha de raciocínio que direciona as ações pedagógicas, estabelecendo relação dialética entre conhecimentos específicos e a experiência prática.

Segundo Hoffmann (2001), a organização e o planejamento das atividades diárias permitem refletir sobre ações e metodologias, analisando os resultados do trabalho pedagógico. Corsino (2009) reconhece o planejamento como atividade coletiva que ajuda o professor a desenvolver atitude crítica, configurando-se como momento de reflexão sobre a prática docente.

Com base nas concepções indicadas, compreende-se que o planejamento pode ser descrito como instrumento de projetar ações a fim de chegar a determinados objetivos. E precisa fazer parte de qualquer ação humana, permitindo prever, pensar, organizar, executar, avaliar, refletir e refazer o planejamento, caso não atinja os objetivos propostos.

No entanto, estudos de Ostetto (2000) relatam que a elaboração do planejamento das ações no contexto educacional é motivo de inquietação. No âmbito da educação infantil, dúvidas relacionadas a como planejar o trabalho educativo para e com as crianças tem gerado muita preocupação para os professores.

Diante disso, pareceu-me necessário questionar como ocorre o planejamento na educação infantil? Quais os objetivos dos professores ao planejar? Que elementos os

professores consideram em seu planejamento? Tais questionamentos conduziram ao estudo cujo objetivo geral foi: compreender o planejamento das ações educativas desenvolvidas por uma professora em uma turma de educação infantil no município de Santarém, PA. Como objetivos específicos: Investigar que concepções orientam o trabalho da professora ao elaborar seu planejamento. Verificar que elementos a professora considera ao planejar. Analisar como se articulam os objetivos do planejamento elaborado pela professora e a prática desenvolvida por ela com as crianças.

A temática deste trabalho – o planejamento das ações educativas – é relevante no processo educativo, uma vez que pode contribuir para a reflexão dos professores, especialmente os da educação infantil, sobre a ação de planejar as atividades com intencionalidade e vendo o planejamento como oportunidade de pensar sobre a educação das crianças e a própria prática docente. Compreende-se que a base do estudo científico é o que já fora produzido ao longo do tempo sobre determinada temática. Então, definido o tipo de estudo, delimitou-se os objetivos da pesquisa e posteriormente a submeteu-se no comitê de ética sendo aprovada de acordo com o registro - CAAE nº 29463720.9.0000.5168, foi desenvolvida em uma instituição pública municipal de Santarém no estado do Pará e se consolidou através da produção de dados em campo.

Planejamento na educação infantil brasileira

Planejar na educação infantil é refletir continuamente sobre a prática educativa, compreender quem são as crianças, seus gostos, preferências e interesses. Para tanto, é importante que o planejamento seja visto como uma oportunidade de autoria criativa do trabalho pedagógico e cabe ao professor considerar as experiências e os conhecimentos de mundo das crianças e a partir das referências, compreender e garantir práticas contextualizadas e narrativas permeadas pelas interações e brincadeiras. Com ações intencionalmente organizadas, as crianças sentem-se provocadas a construir suas próprias aprendizagens.

Contextualização da educação infantil a partir da legislação com enfoque no planejamento

A Constituição Federal de 1988 apresenta e indica a criança e seu processo de educação sistematizada considerando sujeito de direitos, dentre os quais está o direito à

educação. O artigo 208 estabelece que é dever do Estado garantir a educação às crianças de zero a cinco anos, o que se efetiva mediante o atendimento em creche e pré-escola.

No Brasil, a educação infantil é discutida e apresentada na legislação, às vezes mudam-se e acrescentam termos, mas, efetivamente, sem especificar como implementar o que fica nela instituído.

De acordo com Brasil (2009) na tentativa de assegurar a todas as crianças o direito à educação, considerando de modo abrangente suas condições de ser humano, outras leis foram implementadas, como a Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que estabelece de forma incisiva o atendimento a crianças de zero a cinco anos como dever do Estado. A LDB mostrou um avanço na concepção de educação infantil, definindo-a como uma educação voltada à criança, considerando-a como sujeito social de direitos mantidos pelo Estado. Em seus artigos 29 e 30, essa lei determina que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica (a partir da aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, efetivada em 2016), sendo oferecida em creches para as crianças de 0 a 3 anos e em pré-escolas para as crianças de 4 e 5 anos, sendo responsabilidade dos municípios assegurar tal direito.

Em normativa resultante de discussões sobre a LDB, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI –, instituído em 1998, reforça que a educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos. Baseado nas especificidades de cada faixa etária, o RCNEI definiu categorias curriculares para organizar os conteúdos a serem trabalhados. Nelas, foram estabelecidos os objetivos e metas, que possibilitaram ao professor ampliar seu conhecimento, apresentando às crianças atendimento diversificado, considerando suas habilidades, interesses e maneiras de aprender no desenvolvimento de cada capacidade particular.

Esse documento enfatiza que o planejamento envolve a seleção de conteúdo específico a cada aprendizagem e as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais e que afetam a construção das identidades das crianças. Sendo assim, considerado um guia de orientações das discussões entre os profissionais de um sistema de ensino ou de uma instituição, com intuito de auxiliar a elaboração de seus projetos educativos que se caracterizariam como singulares e diversos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI –, em sua segunda versão (Resolução N° 05/2009), estabelecem princípios e orientações para os sistemas de ensino, na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de propostas pedagógicas. Reiteram sobre a responsabilidade do Estado sobre a educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. Orientam sobre as propostas pedagógicas, que devem considerar a criança o centro do planejamento curricular. Reforçam que a educação infantil é oferecida em creches e pré-escolas, espaços que se caracterizam como institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade.

As creches e pré-escolas devem promover a igualdade e cumprir sua função sociopolítica e pedagógica, tornando-se espaços privilegiados de convivência, de construção de identidades coletivas e de ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.

As DCNEIs reforçam a importância do acesso ao conhecimento cultural e científico, assim como o contato com a natureza, preservando o modo que a criança se situa no mundo. Definem o currículo como conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover seu desenvolvimento integral.

Esse procedimento contraria as versões em que planejar as ações educativas limita-se a listar conteúdo ou em que não há necessidade de planejamento de atividades ou, quando há, prende-se a um calendário de comemorar datas, sem considerar seu valor formativo.

A mais recente normativa, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, descreve a criança como sujeito ativo em todos os contextos de que faz parte, percebendo-a como criadora e modificadora da cultura e da sociedade. A educação infantil, como parte integrante da educação básica, compõe a BNCC a partir da definição de direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Essa normativa orienta que a aprendizagem das crianças deve se desenvolver mediante procedimentos pautados na intencionalidade, reitera a importância do planejamento e reforça que a intencionalidade pedagógica somente se viabiliza com o acompanhamento da aprendizagem das crianças, por meio da observação sistemática das conquistas e avanços individuais e de grupo. Para isso, orienta a utilização de registros diversos realizados pelas crianças e pelos professores, retratando as trajetórias de desenvolvimento sem o objetivo de selecionar, promover ou classificar as crianças.

Como fica o planejamento?

Planejamento curricular é o processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É a previsão sistemática e ordenada de todas as atividades que envolverão o aluno, instrumento que orienta a educação, como processo dinâmico e integrado de todos os elementos que interagem para a consecução dos objetivos, tanto os dos alunos, como os da escola (MENEGOLLA; SANT'ANNA, 2003).

É importante refletir sobre a organização do meio onde a ação educativa acontece, tornando-o um ambiente ao mesmo tempo seguro e desafiador para a criança, contribuindo para que ela se aproprie do mundo, dos objetos e das relações. Na Educação Infantil, o planejamento possibilita soluções para avanços no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da criança, devendo ser atividade contínua, na qual o professor não somente escolhe os conteúdos, mas faz todo um processo de acompanhamento.

Planejamento: repercussões na prática de uma professora da educação infantil

As questões abordadas para compreender de que maneira a professora concebe planejamento, bem como a sua implementação, decorrem pelos apontamentos que a professora apresentou sobre criança e que permeia o processo de educação infantil (a concepção de criança, o cuidar e o educar, o brincar), a formação continuada e o planejamento, apresentado por ela como elemento importante na ação docente, mas sem definir objetivamente como. Essa indefinição foi observada pelas produções acadêmicas examinadas; o que mais se destacou foram referências à formação que, segundo as pesquisas, os professores precisam dar continuidade.

Na perspectiva da THC, para possibilitar às crianças aprendizagem, o professor precisa de intenções ao propor as atividades, além de ter conhecimento sobre as crianças com as quais trabalha, sobretudo, do que planejar, de modo a considerar sua visão de mundo, de criança, de educação, de processo educativo.

Percebeu-se em sua fala, a compreensão de que as crianças já trazem de casa conhecimentos, experiências e, que cada uma tem especificidades; no entanto, sua percepção tende a ser para os aspectos escolarizantes – “coordenação motora”, “rabiscado” –, evidenciando a expectativa de que a criança chegue à escola preparada para ler e escrever, ou com alguma noção dessas ações, o que representa uma possível antecipação da escolarização dos pequenos.

Sobre a concepção de criança, a professora repete várias vezes que é o brincar e que criança é complexo e está na creche para aprender: *“quando falo de ensino e aprendizagem é mais complexo ainda, porque não pode isso, não pode aquilo, lei tem de cumprir, não pode modificar”*. Percebe-se que a professora reconhece que a Educação Infantil é regulamentada por leis, porém parece confundi-las, sobretudo quando trata da criança como sujeito histórico e social.

Vigotski (1998), ao tratar da constituição do sujeito, observa que ela se dá a partir das relações com o outro e com o meio social, e que um importante elemento, a brincadeira, assume imprescindível papel, não por ser uma atividade que aconteça naturalmente, mas expressão e apropriação do mundo das relações, das atividades e dos papéis dos adultos. Então, quanto mais oportunidades tiverem de vivenciar, experimentar, brincar, mais possibilidades de aprender terá.

Para a organização do trabalho intencional, inclusive a brincadeira, é importante a rotina, não aquela burocrática, enfadonha, como se percebe em grande parte das escolas, onde a criança é constantemente impedida ou repreendida se “fugir” do que está previsto para acontecer, mas aquela intencionalmente definida, objetivando o desenvolvimento da criança. O planejamento da rotina deve ser pensado a partir das relações que a criança estabelece, de suas necessidades e dinâmicas próprias de cada etapa de desenvolvimento. Nesse processo, o aprendizado e desenvolvimento da criança é o principal objetivo da ação do professor, por isso a ele cabe interpretar as ações dela e propor outros aprendizados, instigando-a e lhe apresentando novas possibilidades, tendo o planejamento como elemento norteador.

Assim, o professor tem a missão de ser provocador de necessidades na criança de aprender, falar, brincar, viver sua infância de forma cada vez mais significativa, ou seja, deve estar atento a toda e qualquer atividade da criança, a fim de perceber as conquistas já alcançadas e os novos interesses que surgem por meio das relações que vão acontecendo no seu processo de aprendizagem dentro da instituição.

Tratando especificamente de planejamento na educação infantil, Ostetto (2000) apresenta formas de planejamento que se perpetuam, mas que já não atendem às especificidades das crianças, por exemplo, o planejamento baseado em listagem de atividades:

Planejamento na educação infantil: significado para a prática pedagógica pelas lentes de uma experiência no município de Santarém-Pa

Está baseado na preocupação do educador em preencher o tempo de trabalho com o grupo de crianças, entre um e outro momento da rotina (higiene, alimentação, sono etc.). O professor busca, então, organizar vários tipos de atividades para realizar durante cada dia da semana. Dessa forma, como seu planejamento é diário, vai listando possíveis atividades para as crianças desenvolverem, como por exemplo: Segunda-feira: Modelagem com massinha, quebra-cabeças, audição de histórias, preenchimento de exercícios em folha mimeografada. Terça-feira: recorte e colagem, jogos recreativos, música com gestos, confecção de dobraduras E assim sucessivamente, nos dias subsequentes e a cada semana, repete-se a dinâmica de atividades. A prática pedagógica resume-se, aqui, às chamadas atividades, ou a hora da atividade, uma vez que os outros momentos da rotina, mais ligados aos cuidados das crianças, não são planejados, sendo mesmo secundarizados. (OSTETTO, 2000, p. 179)

Nesse tipo de planejamento, fica evidente a necessidade de preencher o tempo das crianças enquanto estiverem na escola, caracterizando a criança como sujeito passivo, sem vontade e interesses próprios. Ostetto enfatiza que planejar dessa forma é rudimentar, não considera as especificidades e necessidades da criança, centra o processo no adulto, submetendo a criança a atividades planejadas com o tempo do calendário, do relógio.

É comum os professores planejarem dessa forma, assim como se percebe a procura dos professores por outros modelos de atividades para as crianças e acabar por planejar baseando-se em datas, por não conseguirem relacionar suas experiências o significado das datas comemorativas. A professora pesquisada, embora mencione que tenha experiência em propor atividades pensando no desenvolvimento e capacidades da criança, tende para o planejamento baseado nas datas comemorativas tradicionalmente “instituídas”:

É tipo tu organizar assim por data, por data vamos dizer e o que está na possibilidade de a gente fazer, a gente está se planejando para o que a gente vai fazer dentro da instituição e fora dela. Planejar é ter um ponto de partida para te planejar, por exemplo, vai começar as aulas, vai começar o ano letivo, a gente precisa se planejar, porque a gente tem muitas coisas para fazer, tem as datas comemorativas, tem os eventos internos da escola, as promoções para arrumar dinheiro, porque a instituição não tem nada de verba, e como a gente já trabalha aqui há algum tempo a gente já sabe quais são as pautas desse planejamento para ir só adequando. (PROFESSORA, 04/09/20)

Ostetto (2000) menciona que é comum as instituições conduzirem suas atividades baseadas em datas do calendário:

Planeja-se considerando algumas datas, tidas como importantes do ponto de vista do adulto. Também aqui são listadas várias atividades, só que elas se referem a uma data específica, a uma comemoração escolhida pelo calendário. Assim, ao longo do ano seriam realizadas atividades referentes ao Carnaval, ao Dia de Tiradentes, ao

Descobrimiento do Brasil, ao Dia do Índio, à Páscoa, ao Dia do Trabalho, ao Dia das Mães, e assim por diante, conforme as escolhas da instituição ou do educador, segundo o que ele julgue relevante para as crianças, ou conforme seja possível desdobrar em atividades para realizar com as crianças. (OSTETTO, 2000, p. 181)

A autora critica esse tipo de planejamento, pois não são apresentados critérios por tais escolhas, as datas são tomadas como verdades únicas. Na maioria das vezes, as datas comemoradas privilegiam interesses ou concepção dominante, ignorando as diferentes realidades; sendo assim, o planejamento acaba ligado à listagem de atividades, desta vez relacionada a temas específicos, às datas comemorativas.

O que a gente tem, por exemplo, as nossas maiores comemorações são arraial no mês de junho e a semana da criança, aí a gente, a gente procura não que seja só nessas datas, porque no decorrer do ano, desde o início tem; até porque aqui a gente tem a piscina né?, tem um banho de torneira, tem o parquinho e criança gosta disso; o que eu sinto mais falta é do, do material pedagógico que quase a gente não tem né?; a gente não tem esse recurso de material pedagógico, e a gente mesmo tem que se virar para fazer as atividades de acordo com as datas. (PROFESSORA, 04/09/20)

O planejamento da escola de educação infantil com base nas datas e a outra com atividades baseadas nas datas que a sociedade comemora, de certa forma de cunho comercial, são percebidos em grande parte das instituições escolares. Apesar disso, como aponta Ostetto (2000), observa-se o planejamento fundamentado aspectos do desenvolvimento, com certa preocupação com o desenvolvimento infantil (aspectos físico-motor, afetivo, social e cognitivo).

Nessa perspectiva nota-se a preocupação em caracterizar a criança pequena, dentro dos parâmetros da psicologia do desenvolvimento, o que indica uma preocupação com as especificidades da criança de zero a seis anos. O planejamento, então, toma tais características e aspectos para determinar objetivos a partir dos quais serão organizadas atividades que estimulem as crianças naquelas áreas consideradas importantes [...] a criatividade; estimular a motivação; estimular a curiosidade; as artes plásticas; música; dramatizações, histórias. Assim, dentro desse quadro e com base nesses objetivos definidos para cada área de desenvolvimento infantil, o educador planeja seu dia a dia, especificando, no caso citado acima, que música, que história, que dramatização, que atividade de artes plásticas vai propor (OSTETTO, 2000, p. 184).

Aparentemente, o planejamento é significativo para o desenvolvimento da criança, porém, ficam implícitas duas proposições: uma que considera o processo do desenvolvimento da criança; a outra que acaba por secundarizar questões relacionadas à aprendizagem e principalmente a etapa de desenvolvimento de cada criança. Planejam como se houvesse uma referência única, padrão, regra para qualquer criança se desenvolver em

determinado tempo. Como afirma Ostetto (2000) ao se estabelecer uma referência, um padrão, toma-se por certo a existência de uma criança ideal e, por isso, não se leva em conta a criança real.

No trabalho organizado com base em temas, pode-se visualizar a preocupação com o interesse da criança, colocando-se em foco suas necessidades e perguntas. Os temas escolhidos pelo professor, sugeridos pelas crianças ou surgidos de situações particulares e significativas vivenciadas pelo grupo indicam o trabalho a ser desenvolvido. Nesta direção, além da preocupação em trabalhar aspectos que façam parte da realidade da criança, são delimitados conteúdos considerados significativos para a aprendizagem dos alunos. Em regra, é significativo todo aquele conteúdo e/ou conhecimento que faz parte da realidade imediata do aluno. A delimitação do tema seria o primeiro procedimento a ser tomado para, em seguida, prever que atividades poderiam ser desenvolvidas com base nesse tema delimitado. (OSTETTO, 2000, p. 185)

Este tipo de planejamento é muito utilizado. Ele contempla uma sequência de atividades para a semana, relacionadas ao estudo do tema em questão, como atividades sobre o circo, os animais, o bairro, a família, com sentido de continuidade entre elas. Por essas peculiaridades, é mais um tipo de planejamento traçado para ocupar o tempo das crianças.

Lamentavelmente, este tipo de prática é o que mais se observa nas instituições de educação infantil. Por desconhecimento do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, o professor opta pelo modelo tradicional, no qual é considerado o único sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Ostetto (2000) sobre o planejamento como atitude não ser bom ou ruim em si, se tomado como intenção, se submete à direção que lhe imprimem:

Mas, é preciso destacar, penso que qualquer proposta de planejamento, na ação, vai depender, em muito, do educador: do compromisso que tem com sua profissão, do respeito que tem para com o grupo de crianças, das informações de que dispõe, da formação que possui, das relações que estabelece com o conhecimento, dos valores nos quais acredita etc. Pois, de modo geral, como já indiquei, vejo o planejamento como atitude. (OSTETTO, 2000, p. 189)

Ostetto (2000) alerta para o fato de que “não adianta ter um planejamento bem planejado, se o educador não constrói uma relação de respeito e afetividade com as crianças”. Sem estabelecer relação com as crianças, com seu desenvolvimento e suas diferentes etapas, não se atendem nem se respeitam as necessidades reais das crianças.

Para mim, elaborar um planejamento bem planejado no espaço da educação infantil significa entrar na relação com as crianças (e não com os alunos!), mergulhar na

aventura em busca do desconhecido, construir a identidade de grupo junto com as crianças. Assim, mais do que conteúdo da matemática, da língua portuguesa e das ciências, o planejamento na educação infantil é essencialmente linguagem, formas de expressão e leitura do mundo que nos rodeia e que nos causa espanto e paixão por desvendá-lo, formulando perguntas e convivendo com a dúvida. (OSTETTO, 2000, p. 190)

É válido dizer que esse seria o ponto inicial para construção do planejamento na Educação Infantil: perceber a criança como sujeito de direitos e, sobretudo, criança sendo criança.

Planejar na educação infantil é planejar um contexto educativo, envolvendo atividades e situações desafiadoras e significantes que favoreçam a exploração, a descoberta e a apropriação de conhecimento sobre o mundo físico e social. Ou seja, nesta direção o planejamento estaria prevendo situações significativas que viabilizem experiências das crianças com o mundo físico e social, em torno das quais se estruturam interações qualitativas entre adultos e crianças, entre crianças e crianças, e entre crianças e objetos/mundo físico. (OSTETTO, 2000, p. 193)

Portanto, na educação, o planejamento por si só não basta, ele se deve somar à especificidade da educação escolar e ao papel do professor (o que inclui sua formação inicial e continuada) e ao papel do Estado. Libâneo (2013) reitera que o poder público tem a responsabilidade de elaborar, no âmbito nacional, planos e programas oficiais de instrução, reelaborar e organizar nos estados e municípios em face das singularidades regionais e locais.

Planejar é, portanto, um exercício em que o professor manifesta suas percepções de vida, de mundo, de criança, de educação, do processo educativo que há e que quer que seja, de modo que nenhuma escolha é neutra de percepção, e refletir sobre isso realmente não é tarefa fácil.

A ação de planejar, portanto, não se reduz ao simples preenchimento de formulários para controle administrativo; é, antes, a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas. (LIBÂNEO, 2013, p. 220)

Como atividade consciente, é interessante que o planejamento comece pelos objetivos, que precisam apresentar o que realmente se pretende. O professor há de observar cada criança e descrever minuciosamente suas manifestações nas relações com o outro, com o ambiente, suas interações individuais e em grupo. A partir desse “diagnóstico”, faz um planejamento no qual se evidencia a aprendizagem que se quer alcançar ao final da prática. É importante registrar todos os elementos que compuseram o processo. Freire (1996) argumenta que:

Planejamento na educação infantil: significado para a prática pedagógica pelas lentes de uma experiência no município de Santarém-Pa

Muito temos aprendido e muito temos ainda a aprender, mas também já construímos algumas certezas. Acreditamos que o registro da reflexão sobre a prática pedagógica, juntamente com o estudo teórico e o aprender a observar, avaliar e planejar, inseridos no aprendizado de viver em grupo construindo vínculo e conhecimento, necessita ter um acompanhamento permanente, no núcleo da escola (FREIRE, 1996, p.460).

No planejamento, há que problematizar o cotidiano, romper com a estrutura burocrática. Ter parâmetros é diferente de impor forma ideal; é dar importância a cada ação desenvolvida pela criança – o comer, o brincar, o choro, o cuidado pessoal; esses elementos precisam aparecer no planejamento como norte de novos aprendizados. Dessa forma, projetar é lançar desafios baseado no que a criança já sabe, propondo novas problematizações que fazem com que o professor reflita e replaneje, dando uma ideia de movimento ao planejamento. Em suma,

O planejamento deve ser compreendido como um instrumento capaz de intervir em uma situação real para transformá-la. Dessa maneira o planejamento tem como função no contexto escolar, dar direcionamento às ações do professor. Para tanto, o professor precisa ter plena consciência do que pode alcançar ao final do processo de trabalho. Não basta saber que ensina algo, precisa saber por que, a quem, o quê, para quê, de modo que a intenção do ato educativo se torne consciente. (VASCONCELOS, 2000, p. 47)

No entanto, conforme Vasconcellos (2000, p, 159) o planejamento não pode uma “camisa de força, que aprisiona quem a veste”, mas um fator positivo, um permanente desafio representado pela necessidade de repensar a prática desenvolvida.

Dessa forma, reafirma-se a ideia de planejamento como instrumento de projetar ações, pois, assim como para as situações do cotidiano precisa-se planejar e buscar meios para o alcance dos objetivos traçados, deve acontecer no contexto da educação infantil, objetivando promover suas máximas capacidades humanas. É necessário prever, pensar, organizar, executar, avaliar, refletir e refazer o planejamento, caso não se atinjam os objetivos propostos. Neste ponto, o planejamento é o ponto de partida para o professor desenvolver suas ações, colocando suas intenções educativas e as revertendo em aprendizagem e desenvolvimento.

Barbosa (2009) chama a atenção dizendo que o planejamento não pode ser pré-determinado numa temporalidade longa. O professor deve, no início do ano, definir, a partir da proposta pedagógica da escola, da observação das crianças da turma e de suas histórias, metas de longo prazo, porém, o dia a dia é que trará elementos para efetivar planejamento.

Além disso, de acordo com Barbosa (2009, p. 103) “garantir a intencionalidade educacional nos planejamentos e nas propostas é ajustar a observação e a intervenção quando está acontecendo, com sensibilidade e sutileza. Como alguém que sabe acolher e potencializar o modo ativo, direto, implicado da criança pequena”.

No planejamento considera-se, além da intencionalidade do professor, todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. O professor precisa trazer as vozes das crianças para o planejamento, assim como das famílias e dos demais profissionais do contexto educativo, pois projetar o que está por vir é o momento no qual se tomam decisões considerando a realidade, as concepções e intencionalidades.

Infere-se que não existe um modelo único de planejamento, tudo perpassa pela concretização dos objetivos estabelecidos, permitindo que o professor tome decisões conscientes. No processo de planejar as ações na educação das crianças e clarificar objetivos de aprendizagem, para depois vivenciá-las, é que o professor terá a chance de se aproximar do modo como as crianças aprendem e do seu papel como parceiro mais experiente.

Considerações finais

Reconhecida como etapa independente do ensino fundamental, a educação infantil tem por finalidade desenvolver uma proposta pedagógica que atenda à concepção de criança como sujeito histórico e de direitos, promotor e consumidor de cultura, que nas interações e brincadeiras sente, experimenta, brinca, narra, aprende e constrói sentidos sobre a vida natural e social que o cerca.

Com base nas concepções indicadas na pesquisa, compreende-se que o planejamento pode ser descrito como um instrumento de projetar ações. Assim como para quaisquer situações do cotidiano planeja-se, busca-se meios a fim de chegar aos objetivos, da mesma forma precisa acontecer no contexto da educação infantil, para ensinar as crianças e promover suas máximas capacidades humanas, há de se prevê, de pensar, planejar, organizar, executar, avaliar, refletir e refazer o planejamento caso não atinja os objetivos propostos.

O planejamento reflete sobretudo um comprometimento ético que norteia as ações pedagógicas nas escolas. No entanto, notou-se que é comum associar o planejamento a um processo burocrático, uma exigência da instituição, um tipo “cumprir com os protocolos”; talvez por falta de compreensão a referida ferramenta tenha como fim o engavetamento.

Então, no planejar para criança, o professor há de inicialmente pautar-se em concepções claras de: criança e de seus direitos, de como aprendem e se desenvolvem e busque referências teóricas para fundamentar suas práticas incluindo aqui as várias características de planejamento; planejar para além de procedimentos burocráticos, considerar as experiências das crianças, perceber que as intenções educativas podem criar oportunidades para a aprendizagem e desenvolvimento, esse é o fim essencial do processo de planejamento na educação infantil; o planejamento também envolve a construção formal de materiais escritos, formalmente descritos, esses materiais incluem ideias de ações futuras, a descrição dos materiais, organização dos espaços, estratégias de condução, execução e interações com as crianças, os registros mais significativos após a realização das ações, a avaliação reflexiva do professor e a possibilidade de elencar novas propostas. Escrever sobre esses aspectos é algo fundamental, não no sentido burocrático ou como mera prestação de contas, mas sobretudo como forma de autorreflexão do professor.

Neste ponto, reitera-se o entendimento de que o planejamento é imprescindível para o professor desenvolver suas ações, é norteado por ele que as intenções educativas podem ser impulsionadoras da aprendizagem e do desenvolvimento. Planejamento, é, portanto, projetar o que está por vir; ao projetar, o professor toma decisões considerando suas concepções e intencionalidades; ressalta-se que não existe um modelo único de planejamento e que não se trata de elaborá-lo somente por uma obrigação, mas principalmente como apoio às práticas docentes. Nesse processo de planejar ações na educação das crianças, estabelecer objetivos de aprendizagem, para depois vivenciá-los, é que o professor terá a chance de se aproximar, cada vez mais do modo como as crianças aprendem e do seu papel como parceiro mais experiente, como preconiza a THC.

A etapa de vida da criança, atendida pela Educação Infantil, caracteriza-se por uma fase de aprendizagens e experiências importantes, e que são decisivas para seu desenvolvimento pleno. É direito da criança receber atendimento e ser acompanhada por profissionais qualificados, que respeitem suas competências e limitações. Nesse contexto, o professor que atua na Educação Infantil deverá ter em seu perfil a sensibilidade e a delicadeza, para acompanhar com atenção e cuidado o desenvolvimento infantil. É importante que goste de brincadeiras, tanto na proposição de brinquedos, quanto na execução do brincar junto às crianças. Que consiga integrar as ações de cuidar e educar, compreendendo que o cuidar vai

além do cuidado físico de proteção da saúde, mas passa pelo cuidar da vida da criança pequena, e das suas ações e impressões sobre o mundo.

Nessa perspectiva, o professor é aquele que exercita, diariamente, a escuta sensível das crianças, estimulando-as a participarem efetivamente em seu processo educativo. Diante disso, cabe a esse profissional, garantir à criança a expressão de suas ideias, sentimentos e respeitá-la, a concebendo como ser em constante aprendizado e identificando as suas capacidades, a fim de oferecer as possibilidades, para que sejam ampliadas.

Nesse sentido, o planejamento do professor há de se efetivar de forma articulada aos saberes, os quais emanam das práticas cotidianas vivenciadas com as crianças, junto às demandas de cuidado com todo o contexto educativo. Entretanto, o trabalho docente só será possível, se houver condições para o pleno exercício de sua função. Em relação ao questionamento sobre o planejar da professora, em que é baseado seu planejamento, percebeu-se a preocupação em cumprir com a rotina estabelecida pela instituição, esta por sua vez segue determinações da secretaria de educação e mais intrigante é a questão da parceria da referida secretaria com uma instituição bancária privada que interfere consideravelmente na formação continuada da professora, determinando projetos que se baseiam em datas comemorativas, sem ser observada qualquer relação entre o que se propõe às crianças e sua etapa de desenvolvimento.

Sendo assim, este estudo aponta para a necessidade de outras pesquisas que ampliem a amostra pesquisada. Ressalta-se ainda a necessidade de investimentos na formação continuada dos professores e que essa formação utilize metodologias que ultrapassem a transmissão exclusiva de conhecimentos teóricos e que partam das experiências concretas dos professores, possibilitando uma reflexão sobre a prática desenvolvida e o aprofundamento das questões referentes ao aprendizado e desenvolvimento das crianças.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na educação infantil:** bases para uma reflexão sobre as orientações curriculares. MEC/SEB/UFRGS: Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília-DF, Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL. LEI Nº 13.257: **Políticas públicas para a primeira infância.** Brasília-DF, de 8 de março de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base.** Acesso em: 07 de junho de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 5 out. 1988. Acesso em: 10 jul. 2020.

FARIA, José Carlos. **Administração** – Introdução ao Estudo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1994.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão.** Instrumentos Metodológicos I. 2ª ED. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho.** Porto Alegre: Mediação, 2001.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MELLO, Suely Amaral. Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 83-104, 2007.

MELLO, Suely Amaral; FARIAS, Maria Auxiliadora. A escola como lugar da cultura mais elaborada. **Revista Educação.** Santa Maria, v. 35, 2010.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: _____. (Org.) **Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios.** Campinas: Papirus, 2000. p. 175-200.

TEIXEIRA, Sônia Regina.; BARCA, A. P. A. Teoria Histórico-Cultural: concepções para orientar o pensar e o agir docentes. In: COSTA, S. A.; MELO, S. A. (org.). **Teoria Histórico-Cultural da Educação Infantil: conversando com professoras e professores.** 1. ed. Porto Alegre: CRV, 2017, p. 29-39.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização.** São Paulo, Libertad, 1995.

VIGOTSKI, L.S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKI, L.S; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Ícone, p.103-117, 1988.

_____. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

_____. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Obs: Artigo produzido a partir da Dissertação de Mestrado em Educação.

Sobre as autoras

Célia Maria Guimarães Santos

Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa (2019);
Graduação em Pedagogia pela Ufopa (2017) ; Licenciada em Letras Português pela Ulbra
(2010).

E-mail: celiagsantos@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1470-6154>

Sinara Almeida da Costa

Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará-UFC, Brasil (2011). Mestrado em
Educação pela UFC (2007). Graduação em Pedagogia pela UFC (2001). Professora Adjunta III
do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará-
UFOPA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Infantil-GEPEI/UFOPA. Tem
experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Infantil, atuando
principalmente nos seguintes temas: qualidade na Educação Infantil, o cotidiano da Educação
Infantil, currículo na Educação Infantil e formação de professores da Educação Infantil.

E-mail: sinaraacs@hotmail.com Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-7676-5040>.

Recebido em: 16/10/2022

Aceito para publicação em: 16/11/2022